

Idiotas da objetividade

O dramaturgo Nelson Rodrigues, quando se sentia indignado com argumentos que considerava incabíveis em relação ao futebol, que comentava, às suas peças teatrais ou ao jornalismo de maneira geral, atacava com virulência os autores do "atentado" nominando-os de "idiotas da objetividade".

Sinceramente, hoje no Brasil, quando se vêem as mais leigas pessoas *deitando falação* e propostas sobre o sistema de saúde no País, só nos vem à cabeça aquele saudoso jornalista.

Vamos provar com um exemplo. Não dá nem para somar a quantidade de linhas escritas nos jornais, o tempo gasto em rádio e TV, onde leigos têm dito que "as autorizações de internamento hospitalar (AIHs) são um cheque em branco, uma autorização para a fraude". Ao tomar posse no cargo de ministro da Saúde, em 1º de janeiro, o dr. Adib Jatene, figura indiscutível de cidadão emé-ri-

to, respeitadíssimo no Brasil e no Exterior, numa de suas primeiras entrevistas assegurou: "Nada disso, as AIHs são um cheque nominal." Portanto, defendendo o valor do sistema que vem sendo adotado em países como os EUA e o Canadá. O que ele assegura, e a Federação Brasileira de Hospitais (FBH) também,

Argumentos de "doutores de coisa nenhuma" aumentam a crise no setor

é que com boa regulamentação, fiscalização e controle o sistema representa a modernidade na saúde pública mundial. Estatísticas distorcidas, números confusos na argumentação de leigos, "especialistas em generalidades", ou seja, "doutores de coisa nenhuma", aumentam a crise no setor, levando muita gente a conclusões fora da realidade.

Vamos a outro exemplo. Questionar o valor e a destinação dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) é demonstrar total desconhecimento da estrutura assistencial brasileira. É importante dizer que

75% dos leitos hospitalares, no Brasil, foram construídos pela iniciativa privada e por ela são mantidos. E os hospitais privados são, hoje, responsáveis também por 75% da assistência médica no País.

Ora, esse segmento é contratado pelo SUS para atender às necessidades assistenciais dos cidadãos porque os governos municipais, estaduais e federal não têm estrutura para atender a população. Logicamente, o maior volume de recursos para ele será dirigido.

Hoje vivemos num país livre e democrático. Todo cidadão tem direito de optar pelo que melhor lhe convém. Por determinação constitucional e consensual da Nação, todos os cidadãos brasileiros têm direito a uma assistência universal e igualitária a ser proporcionada pelo governo. Porém cada um pode buscar um "plus" e assim o faz por meio de planos de saúde, pagando, de novo, para poder usufruir uma alternativa assistencial que julgue melhor. São recursos adicionais, somados aos do governo, e não uma sangria desses

recursos, como interpretam alguns "idiotas da objetividade". Se os planos ou seguros de saúde são dedutíveis como despesas assistenciais, nada mais justo. O cidadão já pagou seus impostos e contribuições para um sistema público precário, restritivo, paga uma segunda vez para evitar problemas com o bem que considerava mais essencial, a própria vida.

Com relação a fraudes no setor de saúde, a FBH está, como sempre esteve, ao lado do governo para combater. A corrupção tem de ser combatida, assegurando pleno direito de defesa a quem for acusado. O ministro Jatene sabe que com regulamentação, controle e fiscalização permanentes as fraudes serão contidas. O sistema privado de saúde é facilmente controlável, pois o governo, que paga, pode e deve dizer como quer esse serviço. Não existe mistério. Já no serviço público, isso não nos cabe discutir.

■ Carlos Eduardo Ferreira é presidente das Federações Brasileira (FBH) e Latino-Americana de Hospitais